

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO SUPERIOR

ATA N. 02/2010

1 Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às catorze horas, na Reitoria do
2 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, situada na
3 Travessa Santo Antônio, nº 179, Bairro Cidade Alta, na cidade de Bento Gonçalves/RS, foi
4 realizada a segunda reunião ordinária do Conselho Superior do IFRS. A reunião foi
5 coordenada pela Presidente do Conselho Superior, a Magnífica Reitora Prof^a. Cláudia
6 Schiedeck Soares de Souza e secretariada pela professora Ângela Flach. Estiveram presentes
7 os seguintes conselheiros: Neura Zat, representante do Sindicato dos Servidores Públicos
8 Municipais de Bento Gonçalves – SINDISERP; Anacleto Zanella, representante do setor
9 público – município de Erechim; Adrovane Kade, representante dos servidores docentes do
10 Campus Bento Gonçalves; Marcelo Augusto Rauh Schmitt, representante dos servidores
11 docentes do Campus Porto Alegre; José Francisco Silveira, representante dos servidores
12 docentes do Campus Rio Grande; Heitor José Cervo, representante dos servidores docentes do
13 Campus Sertão; Fernando Pancotto Junior, representante dos servidores técnico-
14 administrativos do Campus Bento Gonçalves, suplente de Remi Maria Possamai, titular
15 impossibilitada de estar presente; Cláudio Sérgio da Silveira Silva, representante dos
16 servidores técnico-administrativos do Campus Porto Alegre; Daniele Volz Lopes,
17 representante dos servidores técnico-administrativos do Campus Rio Grande; Gainete Santos
18 Marques, representante dos servidores técnico-administrativos do Campus Sertão; Felipe
19 Andrezza, representante dos discentes do Campus Bento Gonçalves; Felipe Schneider,
20 representante dos discentes do Campus Porto Alegre, suplente de Maurício Filippin
21 Giacomello, titular impossibilitado de estar presente; Amanda Garcia, representante dos
22 discentes do Campus Rio Grande; Augusto Cesar Mesavilla, representante dos discentes do
23 Campus Sertão; Consuelo Aparecida Sielski Santos, representante do Ministério da Educação;
24 Eduardo Giovannini, diretor geral do Campus Bento Gonçalves; Paulo Roberto Sangoi,
25 diretor geral do Campus Porto Alegre; Janete Comarú Jachetti, diretora geral do Campus
26 Canoas; Roberto Saouaya, diretor geral do Campus Osório; Amilton de Moura Figueiredo,
27 diretor geral do Campus Restinga; Giselle Ribeiro de Souza, diretora geral do Campus Caxias
28 do Sul; Sergio Wesner Viana, diretor geral do Campus Erechim; Viviane Silva Ramos,
29 diretora geral do Campus Sertão; Osvaldo Casares Pinto, diretor geral do Campus Rio
30 Grande. Também participaram da reunião: Augusto Massashi Horiguti, diretor-geral do
31 Núcleo Avançado de Farroupilha; Luiz Carlos Cavalheiro da Silva, diretor-geral do Núcleo
32 Avançado de Feliz e Heron Lisboa de Oliveira, diretor-geral do Núcleo Avançado de Ibirubá,
33 como ouvintes. A reunião foi convocada com a seguinte pauta: Indicação e posse da
34 Secretária do Conselho Superior do IFRS; Aprovação da Prestação de Contas IFRS 2009;
35 Participação dos Diretores dos Núcleos como membros do Conselho Superior; Deflagração
36 do processo de elaboração do Regimento Geral do IFRS; Apreciação da proposta de Conselho
37 Escolar de cada Campus; Definição das atribuições dos servidores cedidos ao IFRS;
38 Apreciação dos procedimentos para análise de propostas de doação de terrenos ao IFRS;
39 Apreciação da Minuta do Regimento Interno do Conselho Superior; Aprovações dos
40 seguintes itens da Pró-Reitoria de Ensino: alteração da denominação de cursos técnicos para
41 adequação ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; aprovação dos Projetos Pedagógicos de
42 novos cursos a serem implantados nos campi Porto Alegre e Bento Gonçalves; aprovação de
43 alterações nos Projetos Pedagógicos de cursos ofertados pelo Campus Erechim; resolução

44 para regulamentar o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil para o estudante
45 de PROEJA do IFRS; resolução para regulamentar as normas para a instalação e
46 funcionamento de Pólos vinculados aos campi do IFRS; resolução para regulamentar a troca
47 de turma, a transferência e o reingresso, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e
48 superiores do IFRS. Inicialmente foi feita a apreciação da ata da primeira reunião do Conselho
49 Superior. A reitora colocou em votação a aprovação da ata, e a mesma foi aprovada por
50 unanimidade. Dando continuidade, foi feita a apreciação de alguns dos itens propostos pela
51 Pró-Reitoria de Ensino. A reitora colocou a palavra à disposição dos professores que
52 trabalharam nos projetos dos novos cursos do campus Porto Alegre. A professora Márcia
53 Amaral Corrêa de Moraes, coordenadora dos cursos superiores do Campus Porto Alegre, fez
54 uso da palavra e manifestou sua satisfação em estar participando desse momento histórico,
55 que é a implantação dos primeiros cursos superiores no Campus Porto Alegre, reiterando que
56 a aprovação dos projetos dos novos cursos, representa um momento muito importante na
57 trajetória do IFRS. A reitora fez a leitura dos documentos a serem aprovados e, como não
58 foram apresentados destaques, foi proposta a votação em bloco para aprovação dos seguintes
59 itens: A) alteração da denominação de cursos técnicos para adequação ao Catálogo Nacional
60 de Cursos Técnicos: o Curso Técnico em Enologia, ofertado pelo Campus Bento Gonçalves
61 na modalidade concomitante ao Ensino Médio, a partir do primeiro semestre de 2010 passa a
62 ser denominado Curso Técnico em Viticultura e Enologia; o Curso Técnico em Informática na
63 Formação de Instrutores, ofertado pelo Campus Bento Gonçalves na modalidade subsequente
64 ao Ensino Médio através de Educação a Distância, a partir do primeiro semestre de 2010
65 passa a ser denominado Curso Técnico em Informática; o Curso Técnico em Produção
66 Mecânica, ofertado pelo Campus Erechim na modalidade subsequente ao Ensino Médio,
67 passa a ser denominado Curso Técnico em Mecânica, sendo que essa nomenclatura será
68 adotada para a turma ingressante no segundo semestre de 2009 e posteriores. EMITIR
69 RESOLUÇÕES INDIVIDUAIS B) aprovação dos Projetos Pedagógicos para criação de
70 novos cursos: Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química; Curso
71 Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Curso Superior de Tecnologia em
72 Processos Gerenciais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; todos a serem
73 ofertados pelo Campus Porto Alegre a partir do segundo semestre de 2010; Curso Técnico em
74 Panificação e Confeitaria, a ser ofertado pelo Campus Porto Alegre na modalidade
75 subsequente ao Ensino Médio a partir do segundo semestre de 2010; Curso de Licenciatura
76 em Química, a ser ofertado pelo campus Bento Gonçalves, com previsão de início para o
77 segundo semestre de 2010; Curso de Especialização em Educação Profissional integrada à
78 Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, ofertado pelo
79 Campus Bento Gonçalves, com início no primeiro semestre de 2010; Curso Técnico em
80 Informática, ofertado no Pólo de Vacaria na modalidade subsequente ao Ensino Médio, com
81 início no primeiro semestre de 2010. EMITIR RESOLUÇÕES INDIVIDUAIS C) aprovação
82 de alterações nos Projetos Pedagógicos dos seguintes cursos ofertados pelo Campus Erechim:
83 Curso Técnico em Agroindústria; Curso Técnico em Mecânica; Curso Técnico em Vestuário.
84 As alterações efetuadas no projeto pedagógico desses cursos serão incluídas no currículo dos
85 alunos ingressantes no segundo semestre de 2009 e posteriores. Os itens A, B e C detalhados
86 acima, foram aprovados por unanimidade dos conselheiros presentes à reunião. EMITIR
87 RESOLUÇÕES INDIVIDUAIS O próximo ponto da pauta foi a indicação e posse da
88 Secretária do Conselho Superior do IFRS. A professora Cláudia reiterou a necessidade de
89 escolher uma pessoa para secretariar as reuniões do Conselho Superior, e solicitou indicações
90 de nomes. O professor Paulo Sangoi sugeriu o nome da professora Márcia Amaral Corrêa de
91 Moraes, do Campus Porto Alegre, para executar essa função. A proposta foi aprovada por
92 unanimidade dos conselheiros presentes, ficando definido que a próxima reunião do Conselho
93 Superior já será secretariada pela professora Márcia. Dando continuidade, a reitora colocou a
94 palavra à disposição da professora Consuelo Aparecida Sielski Santos. Ela deu as boas-vindas
95 aos presentes, cumprimentou os conselheiros e falou sobre a importância do Conselho
96 Superior para os Institutos Federais. Mencionou que a preocupação dela e dos demais
97 membros do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,

98 Científica e Tecnológica (CONIF) é de que não se pode iniciar a fase III de expansão da rede
99 federal sem ter concluído as fases I e II. Ressaltou que é importante abrir novas escolas, mas
100 que é necessário ter a infraestrutura necessária para tal. Reiterou ainda que o CONIF está
101 trabalhando na uniformização de alguns procedimentos dentro dos institutos, como a questão
102 de insalubridade, planos de saúde, dentre outras questões. Após a apresentação da professora
103 Consuelo, foi discutido o próximo ponto de pauta, referente à aprovação da Prestação de
104 Contas do IFRS 2009. A reitora informou que o relatório de prestação de contas do IFRS
105 apresentou alguns problemas, pois foi o primeiro elaborado em conjunto, visto que os
106 relatórios anteriores foram elaborados separadamente pelas unidades que passaram a integrar
107 o IFRS a partir de 30 de dezembro de 2008. Ela colocou à Controladoria Geral da União, que
108 o documento restante seria encaminhado primeiramente aos conselheiros, e submetido para a
109 aprovação do Conselho Superior, porém sem a necessidade de convocar uma reunião
110 extraordinária para esse fim, uma vez que se fosse esse o caso teríamos despesas extras e sem
111 a transparência necessária para a avaliação do relatório. Foi feita a apresentação de alguns
112 tópicos relevantes referentes às diretrizes de atuação do IFRS, que foram detalhados no
113 relatório de Prestação de Contas do exercício de 2009. O professor Marcelo Schmitt
114 mencionou que esse relatório serve para cumprir uma obrigação do IFRS, pois ele é o reflexo
115 das ações do fim das autarquias, junto com as ações de escolas vinculadas, cujo relatório de
116 ações esteve incluído nos relatórios das universidades. Não fornece, portanto, informações
117 unificadas e coesas sobre o Instituto. A professora Cláudia concordou e mencionou que o
118 próximo relatório deverá ser organizado de forma diferente, com a descrição de
119 procedimentos de forma unificada. Foi colocada em votação a aprovação do relatório de
120 gestão do IFRS para o ano de 2009, e o mesmo foi aprovado por unanimidade. EMITIR
121 RESOLUÇÃO. O próximo ponto abordado foi a deflagração do processo de elaboração do
122 Regimento Geral do IFRS. O professor Marcelo Schmitt manifestou-se dizendo que a
123 aprovação do regimento é uma prerrogativa do Conselho Superior e cabe a este estabelecer
124 qual será a metodologia de trabalho utilizada para elaborar o regimento geral. Ele propôs a
125 criação de uma comissão, formada por membros do Conselho Superior, para dar continuidade
126 ao trabalho de organização do regimento, definindo também o calendário de discussão do
127 mesmo. A professora Viviane Ramos informou que a minuta de regimento que vem sendo
128 trabalhada pela comissão constituída em novembro de 2009, já foi discutida com os três
129 segmentos da comunidade escolar no Campus Sertão, sendo que as sugestões foram
130 encaminhadas e estão sendo incluídas na minuta proposta pela comissão central. O professor
131 Paulo Roberto Sangoi ponderou que a comissão que já está trabalhando no regimento está
132 considerando as opiniões de todos os campi e que esse trabalho não pode ser perdido. Ele
133 propôs a formação de uma comissão com membros do Conselho Superior, que possa trabalhar
134 em conjunto com a comissão constituída no ano de 2009, de modo a dar maior agilidade ao
135 trabalho de elaboração do regimento. O servidor técnico-administrativo Cláudio Sérgio da
136 Silveira Silva reiterou que a comissão a ser criada para essa discussão deverá ser uma
137 comissão paritária. O conselheiro Anacleto Zanella solicitou que o Conselho Superior deve
138 estabelecer o prazo que a comissão terá para trabalhar na redação do regimento. A reitora
139 solicitou então a indicação de nomes para compor a comissão de regimento, sendo que a
140 mesma ficou assim constituída: professor Sérgio Wesner Viana, servidor técnico-
141 administrativo Cláudio Sérgio da Silveira Silva, aluno Felipe Schneider, e professora Janete
142 Comarú Jachetti. EMITIR PORTARIA Foi deliberado que caberá a estes conselheiros
143 definirem quem serão os demais membros que farão parte da comissão de regimento, sendo
144 que poderão ser convidados os membros da comissão que já foi criada anteriormente com
145 esse propósito. A professora Cláudia informou que a apresentação do texto do regimento deve
146 ser feita até a próxima reunião do Conselho Superior, para que o mesmo possa ser discutido
147 na reunião a ser realizada no mês de junho. A proposta foi aprovada pelo presentes. O
148 próximo ponto discutido na reunião foi a participação dos Diretores dos Núcleos Avançados
149 como membros do Conselho Superior. A reitora explicou que há uma proposta de que esses
150 núcleos avançados sejam contemplados como campi na Fase III de expansão da rede federal.
151 Mas salientou que ainda há vários impedimentos para tanto, e as possibilidades de atuação

152 desses núcleos não estão claras. A professora Consuelo Santos concordou que é necessário
153 regularizar a situação dos núcleos avançados, mas informou que ainda não há regulamentação
154 do MEC que norteie a participação dos diretores dos núcleos no Conselho Superior dos
155 Institutos Federais. O professor Amilton Figueiredo reiterou que o Instituto Federal do Rio
156 Grande do Sul está empenhado em fornecer subsídios para a implantação dos seus núcleos,
157 uma vez que há cargos que estão sendo realocados, e está sendo promovida uma
158 redistribuição de servidores para poder contemplar esses núcleos. Por essas razões, propôs
159 que os diretores de núcleos avançados passem a fazer parte do Conselho Superior. Já o
160 professor Marcelo Schmitt esclareceu que para permitir a participação dos diretores de
161 núcleos avançados no Conselho Superior, será necessário modificar o estatuto, e considerou
162 prudente aguardar uma definição mais concreta sobre a situação desses núcleos, antes de se
163 tomar essa decisão. Para ele, o estatuto não deve ser modificado nesse momento, e sua
164 proposta é de que o Conselho encaminhe uma moção estabelecendo que o IFRS aprova a
165 transformação dos núcleos avançados em campi, promovendo ações no sentido de conseguir
166 essa aprovação. O servidor Gainete Santos Marques expressou sua concordância com a
167 manifestação do professor Marcelo Schmitt e reiterou que os diretores de núcleos avançados,
168 pelo fato de serem indicados pela reitora, não devem fazer parte do Conselho Superior, mas
169 que esses diretores automaticamente farão parte do Conselho Superior quando se concretizar a
170 transformação dos núcleos em campi. O professor Augusto Horiguti questionou como será
171 realizado o trabalho dos núcleos. Ele entende que é necessário definir sua forma de atuação e
172 que se os mesmos ficarem atrelados a um campus, caberá a este garantir o suporte necessário
173 aos núcleos, mas ele entende que essa decisão deve ser ratificada pelo Conselho Superior. O
174 professor Eduardo Giovannini defendeu a proposta de que seja permitida a participação dos
175 diretores de núcleos avançados no Conselho Superior. A reitora apresentou a proposta de
176 fazer um questionamento ao Ministério da Educação e uma consulta jurídica, com o intuito de
177 obter subsídios para definir com clareza a quem os núcleos avançados devem se reportar,
178 quem fará a descentralização financeira, qual campus será responsável pelo orçamento e pelo
179 registro das matrículas, em suma, poder definir de quem será a responsabilidade pelo
180 andamento das atividades que dizem respeito aos núcleos avançados. A professora Consuelo
181 Santos também propôs que nesse documento seja incluído um histórico dos núcleos
182 avançados, fornecendo mais informações sobre a forma como ocorreu o processo de criação
183 desses núcleos. ELABORAR O DOCUMENTO A proposta foi aprovada pelos presentes e,
184 por enquanto, os diretores de núcleos não serão considerados membros do Conselho Superior.
185 Dando prosseguimento, foi feita a apreciação da proposta de formação do Conselho Escolar
186 dos campi. Essa proposta foi elaborada por uma comissão formada pelos professores Amilton
187 Figueiredo, Marcelo Schmitt e Osvaldo Casares Pinto e encaminhada aos demais
188 conselheiros. O professor Marcelo Schmitt manifestou-se em nome da comissão, esclarecendo
189 que o trabalho do grupo teve como ponto de partida os itens referentes ao conselho de
190 campus, presentes na minuta do regimento geral do IFRS. O servidor municipal Anacleto
191 Zanella questionou como ficará a participação da comunidade no que se refere à tomada de
192 decisões do campus. Ele questionou se essa proposta de conselho refere-se a um órgão de
193 atuação exclusivamente interno no campus, ou se envolverá também a participação da
194 comunidade. O professor Paulo Sangoi colocou que existe, por parte da comissão de
195 regimento, um entendimento de que o Conselho de Campus não tem caráter deliberativo, mas
196 sim consultivo e normativo e dentro desta linha que está sendo elaborado o regimento geral.
197 Colocou que este entendimento da comissão baseia-se no Estatuto do IFRS e Lei que criou os
198 Institutos. Ressalta que não participa da comissão de Regimento Geral e, por isso, ainda não
199 formou opinião sobre esta questão legal e propõe que em primeiro lugar se discuta este ponto,
200 para depois aprovarmos a proposta de Regimento Provisório de Campus, para evitar que o
201 Conselho do Campus não venha a ferir as competências do Conselho Superior. A professora
202 Viviane Ramos questionou se é possível aprovar a criação de um conselho de campus antes da
203 aprovação do regimento da instituição. Então o professor Marcelo Schmitt esclareceu que a
204 proposta apresentada é de que o conselho de campus tenha duração somente até a aprovação
205 do regimento do Instituto, como forma de preencher de modo emergencial uma lacuna que

206 está presente na configuração atual dos campi. O professor Osvaldo Pinto reiterou que não
207 está sendo questionado o fato de que somente o Conselho Superior tem caráter deliberativo,
208 porém há um entendimento de que o Conselho Superior pode sim delegar competências ao
209 conselho de campus, no que se refere à tomada de decisões. A sua avaliação com relação à
210 participação da comunidade externa é de que esta não necessitaria ter assento no conselho de
211 campus, visto que ela já está representada no Conselho Superior. Ele propôs que se crie o
212 conselho de campus de forma provisória, para responder a uma demanda urgente, sendo que
213 essa composição deixará de existir no momento em que houver o regimento do Instituto. O
214 professor Luís Cavaleiro argumentou que também deve ser avaliada a possibilidade de que
215 os núcleos avançados sejam incluídos na proposta de criação do conselho de campus. O
216 servidor Cláudio Sérgio Silva propôs que seja discutida a aprovação da proposta de conselho
217 de campus, pois essa composição terá uma duração curta, sendo substituída assim que houver
218 a aprovação do regimento. O servidor municipal Anacleto Zanella defendeu que IFRS deve
219 propiciar maior representatividade da comunidade junto ao conselho de campus. E propôs que
220 seja primeiro definido no regimento quais são as atribuições do Conselho Superior, para obter
221 os subsídios necessários para propor um encaminhamento como esse. O professor Amilton
222 Figueiredo propôs uma avaliação das atribuições estipuladas para o conselho de campus, para
223 verificar se elas ferem alguma prerrogativa específica do Conselho Superior. Ele ponderou
224 que também não foi discutida com a comunidade escolar a proposta de criação de conselho de
225 campus. A professora Cláudia reiterou a importância de se consultar a comunidade escolar
226 antes de tomar as decisões nos campi e encaminhá-las ao Conselho Superior. Ela mencionou
227 que há uma necessidade de criar um fórum de discussão nos campi, até como forma de dividir
228 responsabilidades. Mas avaliou que não se pode ter dois pesos e duas medidas, ou seja, prever
229 a participação da comunidade em um segmento, e não prever em outro e sugeriu a realização
230 de uma discussão prévia da minuta com o Colégio de Dirigentes, em reunião agendada para o
231 dia 27 de abril. A reitora também entende que será necessário o respaldo dos campi para essa
232 questão, discutindo essa proposta com a comunidade. Foram então colocadas em votação as
233 seguintes propostas: a) discussão e aprovação, nessa reunião do Conselho Superior, da minuta
234 referente ao conselho de campus; b) discussão prévia com o Colégio de Dirigentes e
235 comunidade escolar, e posterior submissão da minuta do conselho de campus à apreciação do
236 Conselho Superior. A segunda proposta apresentada foi aprovada pelos presentes, com um
237 voto contrário e uma abstenção. Dando seqüência, foi discutida a proposta de definição das
238 atribuições dos servidores cedidos ao IFRS. A professora Cláudia fez uma breve explanação
239 sobre o assunto, mencionando alguns problemas que tem ocorrido em relação a essa questão,
240 e propôs a emissão de uma resolução, com os seguintes termos: “*Os servidores que se*
241 *encontram cedidos por prazo indeterminado, por conta de termo firmado entre o IFRS e*
242 *outras instituições, deverão entrar em exercício nos locais especificados pelo mesmo,*
243 *exercendo somente e tão somente as atividades para as quais foram designados, até que*
244 *esteja extinto o período de cedência estabelecido no termo de cooperação, não tendo direito a*
245 *ocupar cargos eletivos e nem direito a voto em qualquer processo eleitoral instaurado pelo*
246 *IFRS ou seus Campi. Essa determinação não se aplica aos casos em que os servidores se*
247 *encontrarem amparados por lei”*. A proposta foi aprovada pelos presentes. EMITIR
248 RESOLUÇÃO COM ESSE TEXTO O assunto tratado a seguir, foi a aprovação da resolução
249 para regulamentar as normas para a instalação e funcionamento de Pólos vinculados aos
250 campi do IFRS, conforme documento encaminhado anteriormente para a apreciação dos
251 conselheiros. O professor Adrovane Kade apresentou uma proposta de modificação do texto,
252 e o art. 4º, Item V, tópico “b” deverá ter a seguinte redação: “*Garantia de recursos para*
253 *cobrir despesas de implantação e manutenção dos cursos que serão oferecidos”*. O professor
254 Marcelo Schmitt questionou se os institutos tem a prerrogativa de criação de pólos. A reitora
255 respondeu afirmativamente, dizendo que é possível promover a abertura de pólos, mas
256 enfatizou que isso deve ser regulamentado, para que fiquem bem claras quais são as
257 responsabilidades do Instituto e das prefeituras envolvidas. A proposta de resolução foi
258 aprovada pelos presentes. EMITIR RESOLUÇÃO Dando prosseguimento foi submetido à
259 apreciação dos conselheiros um documento proposto pelo Colégio de Dirigentes, que

260 estabelece procedimentos para análise de propostas para doação de terrenos. Dessa forma,
261 ficou determinado que a reitoria somente procederá à análise de propostas de doação de
262 terrenos, se estas vierem acompanhadas dos seguintes documentos: laudo de cobertura
263 vegetal, laudo da construção (quando houver), regularização da área, possibilidade de isenção
264 de IPTU, índice construtivo e infraestrutura necessária (cercamento, telefone, internet). A
265 professora Giselle sugeriu que o primeiro item tenha a seguinte redação: “*laudo atual de*
266 *cobertura vegetal*”. A proposta foi aprovada pelos presentes, devendo ser emitida uma
267 resolução do Conselho Superior, referendando essa proposição do Colégio de Dirigentes.
268 EMITIR RESOLUÇÃO Com relação à apreciação da minuta de regimento interno do
269 CONSUP, o professor Paulo Sangoi manifestou-se em nome da comissão organizada com
270 esse propósito na reunião anterior, e esclareceu que a proposta apresentada pela comissão foi
271 a de não inovar nas proposições, mas sim explicar de forma clara quais serão as regras para a
272 atuação do Conselho Superior. Em nome da comissão, ele apresentou a proposta de que a
273 minuta de regimento interno deve ser alvo de mais discussões entre os conselheiros. Sugeriu
274 ainda, que a aprovação desse documento seja o primeiro ponto de pauta da próxima reunião
275 do CONSUP, quando a comissão responsável pela elaboração da minuta, já poderá apresentar
276 um documento que sintetize as sugestões apresentadas por todos, e assim submetê-lo para
277 aprovação. A proposta foi aprovada pelos presentes. Posteriormente, foi feita a apreciação da
278 minuta de resolução para regulamentar a troca de turma, a transferência e o reingresso, para os
279 alunos dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS, conforme documento
280 encaminhado previamente aos conselheiros. Com relação a esse documento, a professora
281 Cláudia entende que devem ser incluídos alguns dados, como as regras para definir o que são
282 vagas ociosas, assim como incluir uma definição sobre cancelamento, trancamento e
283 transferência, pois esses conceitos não estão incluídos na proposta de resolução. O servidor
284 Cláudio Sérgio Silva sugeriu que no art. 1º, § 1º, seja incluída a seguinte informação:
285 “*uniformizando e dando igualdade de tratamento*”. A professora Cláudia propôs a aprovação
286 do documento, com a ressalva de que a definição dos conceitos que fazem parte da resolução
287 deverá ser contemplada no texto, através de um adendo a ser aprovado posteriormente. A
288 proposta foi colocada em votação e foi aprovada pelos presentes. EMITIR RESOLUÇÃO O
289 último ponto discutido na reunião, foi a proposta de resolução para regulamentar o
290 funcionamento do Programa de Assistência Estudantil para o estudante de PROEJA do IFRS.
291 Como não houve a apresentação de destaques ao texto encaminhado previamente aos
292 conselheiros, a resolução foi colocada em votação e foi aprovada pelos presentes. EMITIR
293 RESOLUÇÃO A professora Cláudia agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
294 Nada mais havendo a constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada
295 pelos presentes.